



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA CR Nº 12/2021

Revogada pela Portaria n. 8/CR, de 15 de maio de 2025

Determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face de JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO e dá outras providências.

O DESEMBARGADOR CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os termos do <u>Provimento GP/CR nº 02/2019</u>, que disciplina o funcionamento dos Juízos Auxiliares em Execução;

CONSIDERANDO a autuação do Pedido de Providências nº 0000474-12.2021.2.00.0502 nesta Corregedoria Regional;

CONSIDERANDO a determinação de arquivamento e conversão do Pedido de Providências nº 0000210-11.2019.5.02.0000 (físico) em meio eletrônico, com a juntada de todos os documentos que o compõem ao Pedido de Providências nº 0000474-12.2021.2.00.0502;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, de todos os processos em fase de execução com cálculos homologados até 1º/10/2021, em consonância com o edital de chamamento publicado no processo piloto, em face da associação JOCKEY CLUB DE SAO PAULO - CNPJ: 60.920.345/0001-95.

Parágrafo único. Excluir da suspensão temporária os Processos n. 1002151-28.2017.5.02.0071, 1002188-04.2017.5.02.0088, 100066007.2018.5.02.0085, 1000019-14.2018.5.02.0022, 000093 757.2014.5.02.0060, 1000363-41.2017.5.02.0018, 100221908.2017.5.02.0061 e 1002300 35. 2016.5.02.0014, para prosseguimento das execuções nas Varas de origem. (Incluído pela Portaria n. 7/CR, de 17 de julho de 2023)

Art. 1°-A Determinar, ainda, a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das 27 (vinte e sete) execuções abaixo listadas, com cálculos homologados após 1° de fevereiro de 2021, movidas contra JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO: (Incluído pela Portaria n. 12/CR. de 18 de setembro de 2023)



1001189-15.2018.5.02.0024
1000109-70.2019.5.02.0027
1001202-11.2018.5.02.0025
1001595-58.2018.5.02.0049
1001530-73.2018.5.02.0078
1001354-62.2018.5.02.0024
1001359-08.2018.5.02.0017
1001400-09.2017.5.02.0017
1000692-30.2018.5.02.0079
1000799-49.2017.5.02.0034
1001238-87.2017.5.02.0025
1001224-30.2017.5.02.0017
1000879-64.2017.5.02.0017
1001156-89.2017.5.02.0014
1001313-29.2017.5.02.0025
1001387-31.2017.5.02.0010
1001465-29.2021.5.02.0707
1001426-58.2021.5.02.0084
1000170-40.2021.5.02.0065
1001344-04.2020.5.02.0006
1001080-03.2020.5.02.0033
1001299-74.2017.5.02.0080
1000832-65.2018.5.02.0014
000571-12.2019.5.02.0032
1000600-94.2021.5.02.0710
1001446-75.2021.5.02.0043
1001070-95.2018.5.02.0075

Art. 1°- A Determinar, ainda, a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das 30 (trinta) execuções abaixo listadas, com cálculos homologados após 1° de fevereiro de 2021, movidas contra JOCKEY CLUB DE SAO PAULO: (Redação dada pela Portaria n. 17/CR, de 9 de novembro de 2023)

1001189-15.2018.5.02.0024 1000109-70.2019.5.02.0027 1001202-11.2018.5.02.0025 1001595-58.2018.5.02.0049 1001530-73.2018.5.02.0078 1001354-62.2018.5.02.0024 1001359-08.2018.5.02.0017 1001400-09.2017.5.02.0017 1000692-30.2018.5.02.0079 1000799-49.2017.5.02.0034 1001238-87.2017.5.02.0025 1001224-30.2017.5.02.0017 1000879-64.2017.5.02.0017 1001156-89.2017.5.02.0014 1001313-29.2017.5.02.0025 1001387-31.2017.5.02.0010



1001465-29.2021.5.02.0707 1001426-58.2021.5.02.0084 1000170-40.2021.5.02.0065 1001344-04.2020.5.02.0006 1001080-03.2020.5.02.0033 1001299-74.2017.5.02.0080 1000832-65.2018.5.02.0014 000571-12.2019.5.02.0032 1000600-94.2021.5.02.0071 1001446-75.2021.5.02.0075 1000497-67.2021.5.02.0070 1001048-87.2021.5.02.0089 1001492-79.2021.5.02.0717

Art. 2º Nomear o processo n° 1002247-85.2016.5.02.0036 para atuar na qualidade de piloto do Pedido de Providências nº 0000474- 12.2021.2.00.0502 (artigo 12 do <u>Provimento GP/CR n.º 02/2019</u>).

Art. 3° Determinar a transferência do valor depositado no Pedido de Providências n° 00002010-11.2019.5.02.0000 para o Processo Piloto n° 1002247-85.2016.5.02.0036.

Art. 4º Autorizar o Juiz Auxiliar em Execução à prática dos atos de pesquisa, constrição e expropriação suficientes a quitação das execuções, caso inexista garantia suficiente para a quitação de todo o passivo.

Art. 5° Revogar a Portaria CR 8/2019.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 27 de outubro de 2021.

SERGIO PINTO MARTINS Desembargador Corregedor do TRT da 2ª Região

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

